

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 15

-----DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA UM DE MARÇO DO CORRENTE ANO.-----

----- A acta da reunião ordinária realizada no dia um de Março do corrente ano, depois de lida foi posta à votação e aprovada com a abstenção do Vereador Victor Camarneiro, por não ter estado presente. -----

----- PROPOSTAS -----

----- DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- **Primeira-** O Presidente da Câmara propôs que, a exemplo dos anos anteriores, seja concedida tolerância de ponto aos funcionários da Câmara Municipal nesta Quadra da Páscoa, do seguinte modo:-----

----- **Funcionários internos** - cinquenta por cento a gozar a tolerância no dia vinte e oito de Março e os outros cinquenta por cento no dia um de Abril do corrente ano.-----

----- **Funcionários externos** - trabalham dia vinte e oito e gozam a totalidade do dia um de Abril do corrente ano. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **Segunda-** O Presidente da Câmara propôs a realização de uma reunião extraordinária, a realizar no próximo dia vinte e cinco do corrente mês, pelas dez horas. -----

----- Propôs ainda que a próxima reunião ordinária da Câmara Municipal do próximo dia vinte e nove de Março fosse antecipada para o dia vinte e sete do mesmo mês, às dez horas, em virtude de coincidir com o feriado nacional. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **Terceira-** O Presidente da Câmara informou que, aquando da atribuição do subsídio à Associação dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho, pelo montante de dois mil contos, cerca de dez mil euros mensais, estava pressuposto que, naquela altura, não estava ainda formalmente apresentado pela referida Associação, aquele ponto, a criação do chamado programa de instalação do "GIPES", ou seja Grupos de Intervenção Permanente. -

----- Aqueles Grupos de Intervenção Permanente, eram sancionados num conjunto tripartido, entre a Associação dos Bombeiros, a Câmara Municipal e a Secretaria de Estado da Administração Interna em termos de apoio àquele mesmo Corpo de Bombeiros, pelo que propunha que a Câmara aprovasse, que aquele montante de dois mil contos

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 15

atribuídos, contemplasse até ao máximo de cinco mil contos/ano o valor adstrito à participação da Autarquia para a criação daqueles GIPES.-----

----- Disse ainda que, até cinco mil contos pressupunha-se que estava integrado o valor, para permitir à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, fazer a candidatura, salvaguardando que a Autarquia já se predispôs, desde Janeiro, a participar com o equivalente àquilo que a Lei lhe exigia, que eram 250 euros mensais, por um grupo que poderia ter no máximo sete elementos.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- INFORMAÇÕES -----

----- DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- **Primeira** - Informou que no passado dia oito de Março, se deslocou a Lisboa ao Instituto de Estradas de Portugal, para ter uma reunião com o Presidente do referido Instituto, onde formalmente e na sequência das Reuniões já havidas com o ICERR, a nível de Coimbra, pôr ao corrente das problemáticas vividas actualmente no concelho em termos rodoviários. A receptividade por parte do Presidente do IEP foi extremamente cordial e receptora das propostas, e onde foram essencialmente abordados os seguintes pontos: -----

----- Ponto um: Estrada Nacional cento e onze, problemática de Quinhendros, Lavariz e Tentúgal. Ficou previamente assente que em relação ao cruzamento de Quinhendros, seria de toda a necessidade uma intervenção célere, que independentemente de todos os projectos de rotunda já existentes, fosse efectuada a semaforização daquele espaço, podendo depois vir a ser complementado, ou não, com a questão da rotunda, dado que previlijaria para além do tráfego normal de viaturas, a passagem de peões naquela localidade.-----

----- Ponto dois- em relação à Lavariz a implementação da rotunda no entroncamento da estrada que vem de Santo Varão, Formoselha , Lavariz com a cento e onze e com a trezentos e trinta e cinco; Em Tentúgal no entroncamento da cento e onze com a estrada que vem de Pereira, a criação de semaforização, dado que em termos de espaço não parece, nem em termos de visibilidade, que a solução mais adequada fosse a rotunda , mas sim os semáforos. -----

----- Em relação à cento e onze, também foi proposto ao Sr. Presidente do IEP a questão da Municipalização daquele troço, quanto à não existência de uma alternativa , em termos nacionais. Dentro daquele conjunto, pretende-se negociar com o IEP, a hipótese da criação

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 15

de uma ou duas vias alternativas dentro do Concelho. Uma delas, a ligação da trezentos e trinta e cinco, de Arazede às Meãs à cento e onze, ou uma de alternativa de Arazede, Tentúgal, ao Parque das merendas, ao entroncamento também da cento e onze.-----

----- Para além destes aspectos, foram referidos concretamente outras problemáticas que considera neste momento pertinentes, e que dizem respeito à via trezentos e quarenta e um. Soluções claras do prolongamento de Arzila à Granja do Ulmeiro, dado que o troço Montemor/Granja já está em análise e em projecto, do qual já foi dado Parecer, requerendo uma solução rápida. Disse ainda que, propôs mesmo ao Sr. Presidente do IEP se a solução da via rápida se prolongar para um prazo, que neste momento se vislumbra superior a três anos que a Câmara de Montemor estaria disponível para encetar com o IEP uma solução urgente e alternativa de circunvalação, aos centros da vila de Pereira e de Santo Varão. -----

----- Ponto três- Foi debatida a questão da trezentos e trinta e cinco, lance de auto estrada, saída no Meco, até à saída da trezentos e trinta e cinco, para o Concelho de Cantanhede, nomeadamente, com a questão da rotunda de Arazede. A sua iluminação, e o seu entroncamento com a parte antiga da trezentos e trinta e cinco já à saída do concelho, com a necessidade de haver uma intervenção clara do IEP. Dado que a jurisdição daquela área, não está cometida à Brisa. Para além destes pontos, foram abordados também, os problemas com a Ponte das Lavandeiras, que de facto continua a ser claro o seu atraso de obra. Foi também informado pelo ICERR, que se previa que a conclusão da obra seria em Julho. Por esse facto foi pedida uma aceleração daquele processo, dada a confluência, em termos de veraneio de todas estas vias, da perigosidade que elas revestem nas confluências entre umas e outras, sobretudo com a cento e onze e com as vias da margem esquerda do Concelho e dos Concelhos limítrofes. Mais disse que também foram levantados todos os problemas relacionados com as pontes da Ereira, Lavariz e Formoselha. -----

----- Informou ainda que, já depois desta reunião com o Sr. Presidente do IEP, contactou o INAG e a DRAOT, que manifestaram já a sua total disponibilidade de informação sobre aquelas pontes mas não reconheciam elas próprias a jurisdição das mesmas, pelo que, e de acordo com a conversa tida com o Presidente do IEP, já se anteviam aquelas respostas, mediante a qual o IEP disse teria que chamar a si essa mesma responsabilidade.-----

----- Em conclusão três pontos fundamentais que foram focados, e que eram da sua preocupação: a cento e onze, nomeadamente Quinhendros, trezentos e quarenta e um, saídas alternativas de Pereira, Arazede e trezentos e trinta e cinco. A demonstração cabal

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 15

da vontade do Presidente do IEP de cooperar e rapidamente encontrar soluções levou a que antevisse para dez de Abril, Quarta feira, uma visita a esses locais, devendo os Serviços de Secretariado da Presidência, a seguir à Páscoa, garantir que aquela mesma presença se efective, porque poderão haver questões relacionadas com agenda sobretudo da reunião do ICERR, onde o Presidente do IEP se desloca às quartas feiras a Coimbra, e aproveitaria para vir visitar todos os locais referidos, e sobretudo tentar dar sequência urgente às questões relacionadas com Quinhendros e Arazede, porque são mais facilitadas em termos de execução prática, dentro de um curto espaço de tempo.-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

----- **Segunda** - Informou também que, no dia cinco de Março do corrente ano, teve oportunidade de reunir aqui na Câmara com o IERU. De acordo com o firmado em Novembro de dois mil e um, entre o executivo anterior e aqueles Serviços, ficou estabelecido, que seria dado um apoio à reformatização do Plano Director Municipal. Depois de uma análise consubstanciada com o professor Henrique Albergaria e o Professor Lusitano dos Santos e já na sequência de reuniões consequentes, que foram feitas entre a Presidência e os respectivos Serviços, propunha à Câmara o seguinte:-----

----- **Ponto um-** que fosse autorizado formalmente a revisão do Plano Director Municipal, --

----- **Ponto dois:** face essa autorização, que fosse comunicado à Comissão de Coordenação da Região Centro, nomeadamente à DRAOT, formalmente aquela mesma resolução e que na sequência daquela, as medidas comesçassem a ser tomadas por aquela mesma Instituição.-----

----- **Ponto três:** que a Câmara acordasse no seguinte: alínea a)- suspensão imediata do acordo com o IERU; alínea b)- que fosse efectivada uma reunião de parceria com a Comissão de revisão do PDM da Assembleia Municipal e alínea c)- que o Presidente da Câmara procedesse desde já, às demarches necessárias para a constituição de uma equipa interna ,para a revisão do Plano Director Municipal e trouxesse a este executivo, para propostas concretas, quer do ponto de vista de coordenação, quer do funcionamento, quer de prazos de execução.-----

----- Em súmula duas questões do ponto de vista formal, que nunca foram feitas, e que terão que ser feitas de acordo com Lei, e com a legislação em vigor: a Câmara nunca, formalmente autorizou ou formalizou o arranque da revisão do plano Director Municipal e nunca foram comunicados às instâncias tutelares aquela mesma manifestação de vontade, para depois se proceder em conformidade. O que se pretendia com esta questão, era que primeiro se formalizem as coisas, e segundo que se acelerassem. Não parecia correcto que

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 15

houvesse um acordo no qual tinha que assumir encargos de dez mil de contos de pagamentos; em que a maioria das funções atribuída àquelas Instituições eram caracterizadoras do enquadramento do Plano Director Municipal, quando naquela fase ainda não constituiu Equipa Interna, não assumiu as diferentes etapas do Plano Director e nem criou todas as circunstâncias que neste momento eram mais que necessárias, de tornar e pôr à discrição pública, a vontade das alterações, de as discutir tutelarmente e posteriormente de enquadrar nas redefinições geográficas, estratégicas, etc., do concelho pelo que não lhe parecia neste momento necessário manter aquele acordo. -----

----- Outro aspecto que se prendia com aquela revisão do PDM , e que estava subjacente, porque aqueles trabalhos já estão avançados, sobretudo no que dizia respeito ao Centro Histórico de Montemor era que também fosse autorizado, não só a revisão do PDM, como a feitura do Plano de Urbanização da Sede do Concelho. Pensava que eram, neste momento peças indispensáveis, elementares para um desenvolvimento harmónico e sustentado que se pretendia. -----

----- Tomou a palavra o Vereador Emídio Fidalgo dizendo que relativamente à segunda questão, na qual o Presidente referia que não tinham sido dadas formalidades, nem conhecimento às Instituições, pensava que não tinha sido, mas em relação à primeira parte julgava que em mil novecentos e noventa e nove quando presidia à Comissão da Assembleia Municipal da revisão do PDM, foi-lhes comunicado pelo Sr. Presidente da Câmara que tinha havido uma reunião de Câmara, na qual deliberaram fazer a revisão, do PDM. Disse ainda que fazia esta observação para não caírem no erro de haver nova deliberação. Uma deliberação de noventa e nove, pois isso foi-lhes comunicado. Salvaguarda, no entanto que a Comissão do PDM pediu uma cópia da acta para que constasse nos dossiers , e ela nunca lhes foi dada, mas foi-lhes participado pelo Presidente da Câmara e posteriormente pelo Dr. Fernando Ramos que foi levada à reunião de Câmara aquela questão. Pediu ainda que se verificasse as actas dessa altura, ou seja, em noventa e nove, pois tinha quase a certeza que pelo menos, transmitido tinha sido. Queria salvaguardar aquela questão, para que não houvesse uma sobreposição de decisões, pois os serviços não conheciam aquela deliberação, e quem tinha alertado para isso, tinha sido precisamente o IERU, quando chamou a atenção que não havia formalmente nada naquele sentido, tendo havido depois a anuência por parte dos serviços que desconheciam aquela matéria. Na altura foi-lhes dito pelo Dr. Fernando Ramos que não poderia ter havido aquela posição, uma vez que não tinha corrido o tempo necessário desde a aprovação final até à remodelação . -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 15

----- Tomou, de seguida, a palavra o Vereador Victor Camarneiro dizendo que aquele assunto deveria constar na ordem de trabalhos, uma vez que era um assunto demasiado importante. Estavam ali a ser confrontados com aquela situação sem terem tido a possibilidade daquelas duvidas terem sido esclarecidas previamente. Disse ainda que, na sua opinião, o conteúdo daquelas propostas era legítimo. No entanto gostaria que o Presidente fundamentasse, um pouco melhor a sua intenção, de suspensão do acordo com o IERU. Devia ter razões legítimas para isso. Ele próprio não tinha condições para o fazer, por não conhecer o acordo e não saber quais as desvantagens que ele podia comportar para a Autarquia, pelo que não tinha assim nenhuma hipótese de se manifestar ou fazer algum juízo de valor sobre aquela proposta. Realçou ainda que, em situações futuras aquele tipo de assuntos fosse tratado no âmbito da ordem de trabalhos e que lhes fosse prestadas alguma informação prévia sobre o assunto. -----

----- Tomou a palavra o Presidente da Câmara para dizer que, em relação à questão do IERU, neste momento a suspensão dos trabalhos era porque não havia trabalhos feitos da parte deles. Da parte da Câmara também não havia nada feito, e em termos da relação institucional poderiam começar a advir custos para a Autarquia do ponto de vista de se ter que suportar algumas despesas, para o qual neste momento não parecia ser adequado manter aquele acordo, quando na realidade a própria Autarquia não se dispunha a organizar os seus serviços adequadamente, para por em funcionamento a revisão do PDM. -

----- Disse ainda que, através de uma conversa com Professor Henrique Albergaria, ficou acordado que a suspensão era apenas para não provocar, nesta fase, em que não houve definições até agora, que viesse a ter que haver uma despesa, quando dali a uns dias, quando se fosse formalmente debater o processo em agenda, se tivesse depois determinado tipo de compromissos, para concretizar e que fossem dolosos para as soluções alternativas que se queriam. Significava isto, que o executivo se devia desamarrear deste acordo, não em termos definitivos, mas em termos temporais, para estar mais à vontade para procurar uma solução. -----

----- Antevê-se que deveria haver um Cronograma claro da revisão do PDM, para não se cair numa circunstância como aquela que foi no mandato anterior, em que aparentemente e para o cidadão comum o PDM estava a ser objecto de revisão o que não correspondia à verdade, nem do ponto de vista formal, nem do ponto de vista institucional. Deve ser criada uma equipa interna que possa funcionar em parceria, com uma equipa externa, havendo soluções várias e que irão ser apresentadas. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 15

----- Os três pontos objectivos e claros que foram postos, foram os seguintes: primeiro dar o "pontapé" de saída naquele processo, segundo comunicar-se às entidades tutelares, que têm que previamente que ter conhecimento e em terceiro lugar, pedir ou comunicar a suspensão do acordo, para que possa discutir numa reunião todo este contexto. -----

----- Interveio novamente o vereador Victor Camarneiro para dizer que, concordava com aquela suspensão, até porque tinha sido também comunicado, que ela foi acordada com o próprio IERU. Houve portanto, sintonia naquela apreciação. Disse ainda que sabia , que o Gabinete de Estudos e Planeamento Integrado, na altura tinha sido constituído, na perspectiva de providenciar, não só o apoio à revisão do PDM, mas também criar uma resposta diferente dentro da Autarquia. Para finalizar queria colocar a questão: uma tinha a ver com a possibilidade que a autarquia possui, a nível de recursos humanos, para poder levar acabo aquele trabalho, podendo numa fase mais de notoriedade, ter algum especialista reconhecido, que legitime o trabalho que é feito, e que supervisione e dê a notoriedade do ponto de vista técnico. Gostava de por à consideração esta questão, por parecer ser importante, que aquele ponto fosse introduzido na ordem de trabalho, ou então fosse presente noutra reunião e já introduzida na ordem de trabalhos. -----

----- Interveio o Vereador Ramalhete perguntando se, ao haver aquela suspensão naquela revisão do Plano Director Municipal, isso não inviabilizava o trabalho efectuado até aqui. Tinha conhecimento que, em relação, à Junta de Freguesia de Pereira, em relação a outras tinha sido pedido um parecer em relação a uma possível alteração, tendo a Junta de Freguesia de Pereira entregue um trabalho, até de certa maneira bem fundamentado, pensando que esse trabalho se poderia manter . -----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara para dizer que aquele trabalho se ia manter, e que nada daquilo era posto em causa. Aquele trabalho será complementarizado , com o que já está feito e talvez actualizado porque há questões que à cerca de doze meses não estavam tão pertinentes na problemática no próprio contexto das freguesias, mas mantinha-se tudo. Era tudo trabalho que tinha que ser regimentado para ser devidamente estudado. O que não foi feito até agora e que terá que ser feito, mas aqui era uma questão política, e que na devida altura será discutida, era que deverão ser cautelosos, para quando se puser à questão publica esta matéria se criem todos os dispositivos para que a "decalage" temporal entre essa discussão se começasse e a alteração daquela mesma documentação, seja num curto espaço de tempo se não corria-se o risco de cair um pouco entre aspas, no ridículo. Aqui é que havia a dificuldade e já transmitiu aos serviços que era necessário ter um Cronograma funcional, da revisão, de

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 15

maneira a que o espaço temporal entre a auscultação prévia, os trabalhos do desenvolvimento da alteração e da auscultação final, (porque há duas auscultações, uma prévia e uma outra das tutelas e das respectivas RAN e REN que têm dado os pareceres) fosse reduzido. Reduzidos em dezoito ou vinte e quatro meses, no máximo dos máximos, porque seria óptimo que em vinte e quatro meses se solucionasse aquele problema. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira** - Informou ainda que no dia seis de Março, houve uma reunião com a ACIC e os comerciantes do concelho, que se candidataram ao PROCOM e ao ORBCOM, e cujos processos se continuam a arrastar penosamente, tendo trazido algumas dificuldades extremamente gravosas ao comércio, sobretudo da sede do concelho. -----

----- Foi bem patente nessa reunião, que existia uma insatisfação clara por parte dos comerciantes, face ao atraso da solução dos compromissos aqui reiteradas aquando das intempéries, porque têm projectos antes e depois das intempéries. Todos os compromissos foram assumidos quer com a visita do então Ministro da Economia, quer da parte do IAPMEI. Estes processos têm vindo a arrastar-se e a burocratizar-se de tal maneira que as pessoas estão a entrar não só num desânimo, como numa forma clara de hostilização em que a própria ACIC acabou por ser interface deste processo. Neste momento têm um levantamento exaustivo de todas as situações, em termos dos serviços da Câmara, com uma intervenção directa daquela matéria. Reuniu com os serviços, para que do ponto de vista da legalização, licenciamento, horários dos estabelecimentos que estão a ser sujeitos àqueles apoios vissem a tramitação daquelas mesma aprovações e legalizações céleres, para que rapidamente fossem ultrapassadas quer em termos temporais, quer em termos de burocracia, para que não haja um obstáculo levantado, nomeadamente pelo IAPMEI para o desbloqueamento daquelas verbas. -----

----- Disse ainda que foram confrontados por um daqueles estabelecimentos, com um parecer não positivo do ponto de vista da delegação de saúde do Concelho. Estão a ultimar contactos para tentar obter rapidamente consenso, para que os prazos finais do mês de Março, não vão colidir com pareceres negativos, que ponham em causa o ressarcimento de verbas, que são indispensáveis ao bom funcionamento do comércio local. É lamentável que aquela situação, que se arrasta à mais de quinze meses, tenha sobretudo, através de organismos e de institutos que tutelarmente deveriam estar a facilitar e a proceder, sobretudo ao alívio do funcionamento e financiamento daqueles estabelecimentos, tenham vindo sistematicamente criar obstáculos e a criar condições nefastas para a exploração económica daqueles mesmos empresários. A ACIC activou já o

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 15

processo, esperando que ele se concretize, pensando sobretudo que, se nos próximos meses, as circunstâncias se mantiverem, terão que ter talvez uma postura menos passiva e mais reivindicativa, porque neste caso está a economia do concelho em perigo.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **DO VEREADOR EMIDIO FIDALGO.** -----

----- Primeira- Informou que relativamente à Ponte das Lavandeiras, o desvio que existe, em dias de nevoeiro, não se vêem as guardas da passagem, o que é de uma perigosidade constante. O que pretendia saber é de quem é a responsabilidade para se manter umas guardas devidamente sinalizadas, por exemplo, com tinta fluorescente porque de um momento para o outro pode alguém cair ali e afogar-se. -----

----- Informou ainda que tinha falado na reunião anterior e também na Assembleia Municipal, dos painéis publicitários. Aqueles mantêm-se, sendo uma questão de exemplo, porque os painéis já estão inclinados com as ventanias. Alerta que todas as posições que se tomaram e que se conversaram, no fundo esbarraram nalguma coisa, não se sabia em quê. Tinham que ser mais incisivos, nomeadamente, estarem mais atentos a todo tipo de publicidade, no futuro . -----

----- Mais informou que, relativamente a uma noticia da Câmara Municipal que viu no jornal, nomeadamente do Presidente, pedir uma reunião por causa da pista de remo, ao Senhor Presidente da Republica, perguntando qual era a intenção, porque lhe parecia que o Presidente da Republica, neste momento estava a ser um pouco utilizado, em todas estas questões, nomeadamente, até na questão do futebol pelo Euro Dois Mil e Quatro. Parecia-lhe que não era a via mais indicada, porque não era essa a função do Presidente da Republica. Achava que se devia concentrar todos os esforços para o Governo, para o actual e para o futuro que vier, no sentido de dar a cobertura económica necessária, nomeadamente para aqueles eventos e infra-estruturas. Era um bem a considerar para o futuro. No entanto estava de acordo com algumas das coisas lá ditas, a forma de rentabilizar aquele evento da pista de remo, era um pouco diferente e não tinha nada a ver com o Euro dois mil e quatro. Não era essa a solução, uma vez que ele não tem um poder executivo, mas um poder totalmente diferente, devendo-se concentrar as energias para o actual Governo que ainda está em exercício, e para o próximo Governo, para que amanhã a Câmara Municipal não seja acusada de que algumas noticias não eram mais do que fait-divers, pois foi criticado no passado, criticado agora e será criticado no futuro. Por isso quis saber da parte do Presidente da Câmara, qual a perspectiva e qual a intenção daquela abordagem ao Presidente da Republica, relativamente à pista de remo.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 15

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo que, em relação à Ponte das Lavandeiras, a questão é que o INAG é o responsável por aquela situação.-----

----- Em relação aos painéis, actuou-se logo, enviando-se aos mandatários distritais um ofício da Câmara, em que os responsabilizavam para a retirada dos painéis, com as consequentes coimas que poderiam haver, pela não libertação dos mesmos espaços. Foi-lhes dado cinco dias úteis. Na sequência daquele ofício, que terminaram na Segunda ou na Sexta feira da semana passada. Era evidente, que os serviços agora vão dar sequência do ponto de vista da não concretização por parte dos responsáveis partidários, da não retirada daqueles painéis. -----

----- Acrescentou ainda que, também se poderia ter feito, através dos serviços, mas considerou-se que face à disponibilidade não havia condições, pois naquele momento andavam a resolver outros assuntos, aplicando-se agora o que a legislação permitir e posteriormente dará informação sobre o mesmo. -----

----- Em relação à pista de remo, queria dizer seguinte: há uma questão que para si era fundamental. Não é um "fait-divers" qualquer, bem pelo contrário, quem teve a iniciativa de receber os clubes de futebol e discutir o euro dois mil e quatro, foi o Presidente da Republica. Para si neste momento, a pista de remo é um processo político, que tem em mãos, que se vai decidir sobre alguns trabalhos a mais daquele projecto. Sendo o Presidente da República o primeiro a dar o pontapé de saída e a estabelecer um contacto para um projecto, que no seu ponto de vista e de alguns dirigentes desportivos era importante, pensava que para os dirigentes entre aspas políticos do Concelho, este projecto não era só um projecto do Concelho, mas um projecto do País. Um projecto, que como disse na entrevista que deu, garantidamente nalguns casos devia ter um retorno de certeza de rentabilidade e sustentável comparativamente com alguns dos investimentos que estão a ser feitos em termos de estádios, em zonas, cujo esse retorno não se justifica nem do ponto de vista geográfico, nem económico, nem social. -----

----- Junto do Presidente da Republica, o objectivo era chamar ou fazer um apelo, para que depois se vincule para o que for necessário, junto do futuro Governo, para se dar uma solução, sobretudo a uma questão que neste momento era clara. Pensava que isso não era manifestamente transcendental, precisava-se de trezentos e cinquenta mil contos para viabilizar aquela pista. Era uma questão menor, para quem está a discutir, não sabe quantos milhões de contos como euro dois mil quatro. Estava a pedir trocos parecia incrível que se perdesse aquela oportunidade em que houve factos políticos por vários lados por causa de uma coisa, e que não se pusesse a hipótese de serem tratados de igual forma, porque é

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 15

que hoje o euro dois mil e quatro tem que ter um tratamento por parte do Presidente da Republica, esquecendo um projecto Nacional também, que é a Pista de Remo e o Centro Náutico de Montemor?-----

----- Em relação à Pista de Remo, e na sequência da ultrapassagem deste problema, desenvolveu ele próprio, ao longo da semana contactos com várias entidades, nomeadamente, bancárias e empresas privadas para tentar criar condições para a realização da prova em Agosto da "Coupe de la Jeunesse" e a feitura do próprio complexo . Tentar criar todas as condições para que em termos competitivos tenhamos a pista a funcionar, e para que se possa passar à fase seguinte, e criar sem sombra de duvidas, uma sinergia múltipla com uma iniciativa privada, para que se libertem desta situação, que, em termos de transparência e objectividade do projecto dar sequência para definitivamente galvanizar esse projecto, quer em termos regionais, quer em termos nacionais, mas cuja gestão e administração passe para quem tenha maior vocação e sensibilidade para que se leve a bom termo aquilo que se pretende, que é criar condições económicas de desenvolvimento . -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, em relação ao ultimo ponto concordava que qualquer tipo de demarche tinha toda a legitimidade, seja com o Presidente da Republica, seja com quem for. Achava que o euro atingiu proporções escandalosas em termos nacionais, devendo ser quase inédito, em países ditos desenvolvidos, que o futebol atingisse uma importância tão estratégica, como se o país, e todo o seu processo de desenvolvimento futuro passasse pelo futebol. Não havia duvida nenhuma, que aquilo que caracteriza um país desenvolvido, é de facto a diversidade, é a capacidade de encontrar alternativas ao fado, a Fátima e à bola, e por isso estava perfeitamente de acordo. Não acreditava que o sucesso daquelas demarches, tenham tanto impacto ou visibilidade, mas pensava que o Presidente da Câmara fez muito bem quando tentava trazer para o domínio publico e para as entidades superiores, e em termos da tutela, aquele problema; porque essa é que foi a grande falha em todo o processo anterior. Desde o principio todos pensavam que a grande falha no processo foi algum autismo que foi feito em relação ao mesmo. Gostaria de recordar que também, segundo o contrato programa, era preciso não esquecer naquele panorama os utilizadores, ou seja aqueles que para quem efectivamente ele se destinava, em primeira análise a componente desportiva.-----

----- Disse ainda que, em relação ao desvio da Ponte das Lavandeiras, se o Presidente da Câmara quisesse ser coerente, e pensava que o seria, não tinha que estar dependente do

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 15

INAG, tinha é que mandar lá uma máquina e resolver o assunto porque esse foi o problema que se gerou antes. Foi a Câmara não ter tido a capacidade de intervir imediatamente e assumir as consequências. Agora o problema era que naquela estrada passavam todos os dias, cidadãos e munícipes do Concelho de Montemor e a Câmara Municipal devia, contra tudo e contra todos, e julgava que os custos daí decorrentes eram infinitamente inferiores às vantagens que trarão para as populações, tentar manter aquele espaço em condições mínimas de dignidade, para que as pessoas passem em segurança. Foi a sua opinião pessoal sobre o assunto e estava disposto a partilhar com a maioria, quaisquer consequências que daí advenham, porque estava em causa, em primeira análise o interesse dos munícipes .-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- O Vereador Victor Camarneiro referiu ainda que, tinha três ou quatro pontos preparados previamente , por um lado agradecer a justificação que lhe fizeram da falta da reunião anterior, na qual não esteve presente. Como leu a acta, embora não tivesse estado presente na reunião, pretendia esclarecer só uma pequena situação, porque pensava também que se devia criticar, e ter a coragem de o fazer a quem o merecia, mas também de fazer alguma justiça, a quem igualmente o merece.-----

----- No que diz respeito ao Pavilhão das Meãs, efectivamente havia uma situação perfeitamente surrealista, que é a de se construir uns balneários dentro do pavilhão e reduzir toda a área deste numa área mínima, para se poder praticar desporto federado e legal . Por isso o assunto dos balneário é um erro crasso que tem de ser repostado e resolvido o problema daquele pavilhão, retirando os balneários e criando uma alternativa. Todo o espaço interior tem que ser para terreno de jogo.-----

----- Também gostaria de recordar que o processo que hoje está em marcha, para o qual obviamente terão que ser encontradas soluções, inclusive, formais, legais de licenciamento, etc., foi um processo que começou antes, e através de um acordo existente, no sentido de abandonar a obras dos balneários. Daí que, a tal diferença que ainda havia de três mil e tal contos, entre a comparticipação inicialmente aprovada e aquela que já tinha sido desbloqueada, tivesse ficado em stand by, porque estava destinada aos balneários, e teria que ser aprovada uma alteração da utilização daquela verba e daquela solução. Inclusivamente aquele projecto que foi feito, teve o consentimento e a concordância do Ex- Presidente da Câmara, após a detecção das falhas existentes, com a construção daqueles balneários, que também se poderia discutir , do ponto de vista do bom senso. Partilha inteiramente da decisão que foi tomada pela Câmara Municipal, relativamente ao

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 15

apoio concedido e pensa também que a política que foi adoptada para o pavilhão das Meãs e para a solução daquele problema definitivo deve ser extensiva ao Pavilhão de Pereira. Pensava que o Concelho não devia continuar a ter aqueles "elefantes brancos" com vinte anos, ou mais, quer o das Meãs quer o de Pereira, quer mesmo a Associação de Quinhendros. A prioridade da Câmara, deveria ser colaborar com as Associações, no sentido de uma vez por todas, resolver aqueles problemas e daqui para a frente, ter outra política ao nível das infra-estruturas desportivas, que não podem iniciar-se sem estarem devidamente planificadas no tempo e aprovadas pelos serviços da Autarquia.-----

----- Disse ainda ter ficado satisfeito, por ter lido na acta e ter tido acesso àquela informação, de que finalmente está prestes a ser disponibilizado um espaço para a oposição, para que possam ter alguma organização. Continuava a reiterar antes ou paralelamente com aquela disponibilização no sentido não de esquecer aquela reunião que solicitaram uma vez com o Sr Presidente da Câmara, com o actual executivo, o que ainda não aconteceu, por razões que se compreendem.-----

----- Disse ainda que gostariam de colocar algumas questões, de discutir de facto aquele conceito do direito de oposição que era tão vago, que parecia depender mais do entendimento entre as forças políticas opositoras que estão neste executivo, do que da própria legislação, que era tão vaga que não se sabia o que quer dizer. -----

----- Mais disse que lamentava e protestava, porque pensa que lhes assistia toda a legitimidade formal e legal relativamente ao que aconteceu na Assembleia Municipal. Pensa que não lhes cabia a eles, fazerem interpretações legais, embora também não fossem propriamente analfabetos incapazes de interpretar o que estava na lei, e naquele caso parecia tudo tão claro, que não podia ser negado aos Vereadores da oposição, aquilo que a lei previa, que era, o facto de deverem assistir às reuniões da Assembleia Municipal, e se deviam assistir, embora tenha sido pedido um parecer à CCR, deviam fazê-lo com a dignidade dos cargos que ocupam e merecem . -----

----- Mais disse que, talvez não se tivesse feito aquela reflexão, mas do seu ponto de vista era importante que um dia destes, na Câmara Municipal se agendasse um assunto que chamava "feira quinzenal". Estava perfeitamente em desacordo, com a realização da feira extraordinária do dia vinte e sete de Março. Pensava que os comerciantes também estarão em desacordo. A verdade é que se feiras quinzenais , da forma como funcionam, já não favorecem o comércio local, fazer ainda mais uma feira extraordinária, menos favorece, especialmente numa época em que as pessoas estão mais abertas ao consumo e obviamente acabam por aproveitar as férias para o fazer, não no comércio local. Se

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 15

estivesse estado presente, não teria apoiado aquela ideia, mas agora é um facto consumado. Gostaria que no futuro, pudessem tomar aquela iniciativa, e se o Presidente da Câmara o entendesse podia-se promover alguma reflexão sobre o assunto das feiras, que julgava que devia merecer um tratamento diferente. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- Retomou a palavra o Vereador Emidio Fidalgo dizendo que, em relação à resposta dada pelo Presidente da Câmara, sobre a questão do Presidente da Republica , não disse que estava em acordo ou em desacordo, o que quis dizer, foi que, e o contexto em que foi levantada esta questão do euro dois mil e quatro, com a questão do Presidente da Republica advêm duma questão política que se criou naqueles quinze dias, em que o Presidente da Republica, entendeu e muito bem pôr a mão naquela questão. O que queria dizer é que não se vá aproveitar estas "lamúrias políticas" e estes "lamaçais políticos" para envolver a entidade aqui de políticos. Era só nessa questão que pretendia separar uma coisa da outra. Porque bater a todas as portas achava bem, mas no seu entender o Presidente da Republica não é era a pessoas mais indicada. -----

----- Disse ainda que não, queria de modo nenhum que ficassem inseridos num leque de lamúria política e lamaçal político que se discutiu durante quinze dias, onde só se andou a discutir futebol e euro dois mil e quatro, com todas as forças políticas, quase sem excepções a atropelarem-se umas às outras. E foi daí, que nasceu o contexto da intervenção do Presidente da Republica, e era naquele contexto que estava a falar, não dizendo que era contra nem a favor. Dizia apenas que não era o caminho mais certo, achando que devia ser ao Governo, ao actual ou ao próximo, que deviam ir buscar tudo o que fosse possível, e lutar para trazer o máximo para este Concelho. -----

----- A Câmara teve conhecimento. -----

----- Interveio de seguida o Vereador António Ramalhete, dizendo que relativamente à intervenção do Vereador Victor Camarneiro, em relação à feira, essa preocupação foi colocada por ele, questionando se realmente tinham sido ouvidos os comerciantes do Concelho. Achou que a informação que foi dada pelo Presidente da Câmara tinha todo o sentido, porque naquele momento, não havia um interlocutor válido, em que pudesse haver a comunicação entre a Câmara e o representante dos comerciantes, tendo sido a razão porque concordaram com a feitura da feira naquele dia. -----

----- Disse ainda, que gostaria de levantar dois pontos, que de certa maneira não eram fáceis uma vez que vinham, já do executivo anterior, tendo havido sempre alguma dificuldade em intervir naquelas situações. Era o percurso entre Pereira e Formoselha, na

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 15

margem esquerda e direita. Achava que era inconcebível que se tivesse feito um tapete espectacular, e que depois a seguir à praia fluvial e à ponte de Formoselha, o piso estava intransitável. Era um percurso com algum movimento, do centro de Pereira e que as pessoas evitavam, por estar intransitável. Pensava que era um pouco de terra de ninguém, havendo sempre dificuldades na sua intervenção e as coisas têm-se prolongado ao longo do tempo. Fazia um pedido ao senhor Presidente da Câmara porque hoje os intervenientes eram outros, para que fizesse alguma força, junto de quem quer que seja, para que se conseguisse, ao menos por aquelas duas vias transitáveis. -----

----- Usou a palavra o Presidente da Câmara, dizendo que, aquele assunto já tinha sido discutido com o INAG e este não tinha dinheiro neste momento. O responsável do INAG esteve com os Presidentes de Junta, deu-lhes conhecimento de todo o Cronograma de acção a ter no Concelho de Montemor e nas estradas limítrofes, onde claramente foi focado aqueles aspectos e também transmitido pelo próprio, que neste momento, a escassez financeira de projectos que estão aprovados, nomeadamente aqueles não vão para a frente, porque não há dinheiro. -----

----- Retomou a palavra o Vereador António Ramalhete, dizendo que, não era difícil, mas uma questão de boa vontade, porque ele próprio chegou a levar sacos de alcatrão no carro para tapar buracos, que realmente põem em perigo a vida das pessoas. Há situações que a Câmara podia resolver tapando, pelo menos os buracos. Não era uma coisa transcendente, pensando que se houvesse um pouco de boa vontade, havia pelo menos, algumas situações que se podiam resolver. Não queria com isto dizer que se fosse por um tapete. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 1.-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL -----

----- 1.1. -DIVISÃO ADMINISTRATIVA -----

----- 1.1.1.- SECÇÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS E ARQUIVO.-----

----- 1.1.2. - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS -----

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 65º DA LEI Nº --

----- 169799, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA
----- LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação com a relação das faltas e férias dos funcionários nos termos da legislação acima citada, no período compreendido entre vinte e cinco de Fevereiro e catorze de Março do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número um).-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 15

----- 1.2 - DIVISÃO FINANCEIRA -----

----- 1.2.1 - SECÇÃO CONTABILIDADE, ECONOMATO, PATRIMÓNIO E TESOURARIA.-----

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----
 ----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO -----
 ----- INTRODUIZIDAS PELO DECRETO-LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE -----
 ----- JANEIRO. -----

----- Foi presente uma relação das autorizações de despesas efectuadas entre o dia vinte e oito de Fevereiro e o dia catorze de Março do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número dois), a dar cumprimento ao número um, dois e três do artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção da Lei número cinco A barra de dois mil e dois, de onze Janeiro-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2- RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -----

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria, relativo ao dia catorze de Março do corrente ano, acusando um saldo para o dia seguinte, em Operações Orçamentais de quatrocentos e setenta e três mil duzentos e oitenta e quatro euros e vinte e sete centímetros e em Operações de Tesouraria cento e setenta e um mil quinhentos e quinze euros e noventa e dois centímetros. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade concordar com o referido Resumo Diário, e respectivos valores apresentados. -----

----- 3- CANCELAMENTO DAS GARANTIAS DA EMPREITADA DA ----- ----- ESCOLA PRÉ-PRIMÁRIA DA ABRUNHEIRA- ADAPTAÇÃO DO ----- ----- EDÍFICIO. -----

----- Foi presente uma informação dos serviços, acompanhada do auto de vistoria da obra em epígrafe, no qual se atesta que as obras se encontram executadas nas devidas condições e não apresentam quaisquer deficiências. -----

----- Mais se informa que podem ser canceladas as garantias e restituídos os depósitos de reforço da caução, da empreitada de construção da Escola Pré-Primária da Abrunheira- Adaptação do Edifício, à firma José Maria dos Santos e Santos. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e face ao disposto no número um do artigo duzentos e dez do Decreto-Lei número quatrocentos e cinco barra noventa e três, de dez de Dezembro, deliberou por unanimidade autorizar o cancelamento das garantias e restituição dos depósitos de reforço de caução da empreitada da Escola Pré-Primária da Abrunheira- Adaptação do Edifício. -----

----- 4- CANCELAMENTO DAS GARANTIAS DA EMPREITADA DE -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 15

----- **GRANDES TRANSFORMAÇÕES DE ESCOLAS PRIMÁRIAS** -----
 ----- **(SEIXO)-CONSTRUÇÃO DA PRÉ-PRIMÁRIA E REFEITÓRIO -**
 ----- **DE APOIO.**-----

----- Foi presente uma informação dos serviços, acompanhada do auto de vistoria da obra em epígrafe, no qual se atesta que as obras se encontram executadas nas devidas condições e não apresentam quaisquer deficiências.-----

----- Mais se informa que podem ser canceladas as garantias e restituídos os depósitos de reforço da caução, da empreitada de Grandes Transformações de Escolas Primárias (Seixo)- Construção da Pré- Primária e Refeitório de Apoio, à firma José Maria dos Santos e Santos. ---

----- A Câmara tomou conhecimento e face ao disposto no numero um do artigo duzentos e dez do Decreto-Lei número quatrocentos e cinco barra noventa e três, de dez de Dezembro, deliberou por unanimidade autorizar o cancelamento das garantias e restituição dos depósitos de reforço de caução da empreitada de Grandes Transformações de Escolas Primárias (Seixo)- Construção da Pré- Primária e Refeitório de Apoio. -----

----- **5- CANCELAMENTO DAS GARANTIAS DA EMPREITADA DE ---**
 ----- **GRANDES TRANSFORMAÇÕES DE ESCOLAS PRIMÁRIAS-**
 ----- **ESCOLA PRIMÁRIA DE MONTEMOR.** -----

----- Foi presente uma informação dos serviços, acompanhada do auto de vistoria da obra em epígrafe, no qual se atesta que as obras se encontram executadas nas devidas condições e não apresentam quaisquer deficiências.-----

----- Mais se informa que podem ser canceladas as garantias e restituídos os depósitos de reforço da caução, da empreitada de Grandes Transformações de Escolas Primárias- Escola Primária de Montemor, à firma José Maria dos Santos e Santos. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e face ao disposto no numero um do artigo duzentos e dez do Decreto-Lei número quatrocentos e cinco barra noventa e três, de dez de Dezembro, deliberou por unanimidade autorizar o cancelamento das garantias e restituição dos depósitos de reforço de caução da empreitada de Grandes Transformações de Escolas Primárias- Escola Primária de Montemor. -----

----- **6- CANCELAMENTO DAS GARANTIAS DA EMPREITADA DE----**
 ----- **REPARAÇÕES PARCIAIS EM ESCOLAS PRIMÁRIAS-**
 ----- **ESCOLA-----**

----- **PRIMÁRIA DO TOJEIRO.** -----

----- Foi presente uma informação dos serviços, acompanhada do auto de vistoria da obra em epígrafe, no qual se atesta que as obras se encontram executadas nas devidas condições e não apresentam quaisquer deficiências.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 15

----- Mais se informa que podem ser canceladas as garantias e restituídos os depósitos de reforço da caução, da empreitada de Grandes Transformações de Escolas Primárias- Escola Primária do Tojeiro, à firma José Maria dos Santos e Santos. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e face ao disposto no numero um do artigo duzentos e dez do Decreto-Lei número quatrocentos e cinco barra noventa e três, de dez de Dezembro, deliberou por unanimidade autorizar o cancelamento das garantias e restituição dos depósitos de reforço de caução da empreitada de Grandes Transformações de Escolas Primárias - Escola Primária do Tojeiro.-----

- ----- **7- CANCELAMENTO DAS GARANTIAS DA EMPREITADA DE ---** ----- **GRANDES TRANSFORMAÇÕES DE ESCOLAS PRIMÁRIAS- --** ----- **ESCOLA PRIMÁRIA N.º 1 DE ARAZEDE.**-----

----- Foi presente uma informação dos serviços, acompanhada do auto de vistoria da obra em epígrafe, no qual se atesta que as obras se encontram executadas nas devidas condições e não apresentam quaisquer deficiências.-----

----- Mais se informa que podem ser canceladas as garantias e restituídos os depósitos de reforço da caução, da empreitada de Grandes Transformações de Escolas Primárias- Escola Primária número um de Araze de, à firma José Maria dos Santos e Santos. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e face ao disposto no numero um do artigo duzentos e dez do Decreto-Lei número quatrocentos e cinco barra noventa e três, de dez de Dezembro, deliberou por unanimidade autorizar o cancelamento das garantias e restituição dos depósitos de reforço de caução da empreitada de Grandes Transformações de Escolas Primárias - Escola Primária número um de Araze de.-----

----- **8- CANCELAMENTO DE GARANTIAS DA EMPREITADA -----** ----- **"COMPLEXO DESPORTIVO DAS LAGES-1.ª FASE- CAMPO DE** ----- **FUTEBOL (CONSTRUÇÃO DE BALNEÁRIOS)** -----

----- Foi presente uma informação dos serviços, acompanhada do auto de vistoria da obra em epígrafe, no qual se atesta que as obras se encontram executadas nas devidas condições e não apresentam quaisquer deficiências.-----

----- Mais se informa que podem ser canceladas as garantias e restituídos os depósitos de reforço da caução, da empreitada do Complexo Desportivo das Lages- Primeira Fase- Campo de Futebol (Construção de Balneários), à firma José Maria dos Santos e Santos. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e face ao disposto no numero um do artigo duzentos e dez do Decreto-Lei número quatrocentos e cinco barra noventa e três, de dez de Dezembro, deliberou por unanimidade autorizar o cancelamento das garantias e

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 15

restituição dos depósitos de reforço de caução da empreitada do Complexo Desportivo das Lages- Primeira Fase- Campo de Futebol (Construção de Balneários).-----

----- 9-ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES Nº 2. -----

----- Foi presente a Segunda proposta de Alteração ao Plano de Actividades, no valor de quinhentos e cinquenta e nove mil quinhentos e quinze euros (documento anexo à presente acta sob o número três). -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a referida alteração. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 10-ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO Nº 2. -----

----- Foi presente a segunda proposta de Alteração ao Orçamento, no valor de quinhentos e cinquenta e nove mil quinhentos e quinze euros (documento anexo à presente acta sob o número quatro). -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a referida alteração. -----

----- 11- GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2002- -----

----- A Câmara deliberou por unanimidade retirar este ponto, a fim do mesmo ser debatido na reunião extraordinária do dia vinte e cinco de Março do corrente ano. -----

----- 11.2.1 - SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS -----

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA -----

----- PELA LEI Nº 5-A/2002, DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação a que se refere o art.º sessenta e cinco da Lei n.º cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco- A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro. -----
(documento anexo à presente acta sob o número cinco).-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2- DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO -----

----- 2.1-DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES -----

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO ----

----- DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação a que se refere o artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, no tocante à relação de licença de obras e

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 15

outras petições, tratadas pelos Serviços, no período compreendido entre um e catorze de Março do corrente ano. -----

(documento anexo à presente acta sob o número seis). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **2- PEDIDO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO PARA O PRÉDIO --**
SITO EM BOLETA- CARAPINHEIRA, REQUERIDO POR BERTA
LOPES BAPTISTA VALENTE, E OUTROS- PROC. 12/99. -----

----- Foi presente o processo de loteamento referido em epígrafe, acompanhado de uma informação dos Serviços , a qual aponta para a aprovação da solução urbanística, com as condicionantes expressas na mesma (documento anexo número sete). -----

----- Segundo a citada informação, a solução Urbanística poderá ser aprovada com as condicionantes técnico- administrativas apontadas nos números um e oito do capítulo quatro da informação prestada. Neste contexto os Serviços propuseram que em sede de reunião de Câmara fosse aprovada a solução urbanística, com as condicionantes técnico-administrativas atrás referida, notificando-se o requerente. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e face à informação dos serviços, deliberou por unanimidade aprovar a solução urbanística, com as condicionantes técnico - administrativas apontadas. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **3- PEDIDO DE MOBILIZAÇÃO E FLORESTAÇÃO DE SOLO, COM**

----- **A PLANTAÇÃO DE EUCALIPTOS E PINHEIROS BRAVOS, PARA -----**

----- **O PRÉDIO DENOMINADO MATA, NO LUGAR E FREGUESIA DE**

----- **ABRUNHEIRA, REQUERIDO POR JOSÉ ROSADO LOPES DE --**
FREITAS. -----

----- Foi presente o processo em epígrafe, cujo pedido visa a mobilização e florestação de solo com plantação de pinheiros e eucaliptos, no prédio rústico, denominado Mata, sito em Abrunheira, numa área de cinco mil seiscientos e setenta metros quadrados. -----

----- Analisado o pedido no âmbito do número um do artigo primeiro do Decreto-Lei número cento e trinta e nove de noventa e nove de vinte e oito de Abril e artigos nove e dez do Regulamento do P.D.M. os serviços foram de entendimento que o pedido podia ser deferido, condicionado ao cumprimento ao apontado no ponto C, do parecer da Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral – “de Nascente com serventia pública e terrenos agrícolas de regadio (deixar uma faixa de cerca de trinta metros de largura sem

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 15

instalar eucaliptos – Lei número vinte e oito mil e trinta e nove), de poente com terreno agrícola de sequeiro – Olival, (deixar uma faixa de cerca de vinte metros sem instalar eucaliptos).-----

----- A Câmara tomou conhecimento e face à informação dos serviços, deliberou por unanimidade deferir o pedido de mobilização e florestação de solo, com a plantação de eucaliptos e pinheiros bravos, com as condicionantes apontadas, requerido por José Rosado Lopes de Freitas.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

----- **4- PEDIDO DE CONSTITUIÇÃO DE PRÉDIO EM REGIME DE --
 PROPRIEDADE HORIZONTAL, NA RUA PRINCIPAL DO MECO,
 DA FREGUESIA DE ARAZEDE E RESPECTIVA CERTIFICAÇÃO -
 REQUERIDO POR RAUL MENDES CAVALEIRO.**

----- Foi presente o processo em epígrafe, cujo pedido visa a autorização para que o prédio a seguir identificado seja constituído em regime de propriedade horizontal, bem como a requerer a respectiva certificação.-----

----- A pretensão diz respeito à constituição do edifício existente, objecto de licenciamento sob o processo número duzentos e sessenta e um, de seis de dois mil, situado na Rua Principal do Meco, freguesia de Arazede e encontra-se erigido no prédio inscrito na matriz predial sob o número dois mil quinhentos e quarenta e três e descrito na conservatória do registo predial sob o número oito mil quinhentos e trinta e seis, confrontando a Norte com Maria Odete Teixeira da Silva e Maria Fernanda da Silva Monteiro Abreu, a Sul com António Varela Jorge, a Nascente com caminho público, e a Poente com Maria de Lurdes da Silva Monteiro Correia.-----

----- Segundo a informação constante do processo, o prédio satisfaz os requisitos exigidos nos artigos mil quatrocentos e catorze e mil quatrocentos e quinze do Código Civil e reúne condições para a constituição em regime de propriedade horizontal, conforme as fracções que se descrevem:-----

----- Fracção A- constituída por uma habitação tipo T dois, construções anexas destinadas a garagem, arrumos e pátio. A habitação localizada no primeiro andar composta por: cozinha, dois quartos, salão, instalação sanitária, arrumos, circulação, saleta e varanda. Junta-se as construções térreas anexas compostas por garagem, três compartimentos para arrumos, coberto, pátio e quintal tudo identificado pela letra A. A Área bruta de habitação com cento e trinta e quatro metros quadrados no primeiro andar, os anexos com cento e sete metros quadrados e o pátio exterior com vinte metros

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 15

quadrados, perfazem esta fracção. São ainda parte integrante desta fracção as partes comuns designadas por quintal com setecentos e cinquenta e quatro metros quadrados, o pátio interior com quarenta metros quadrados, os currais com cento e doze metros quadrados e um coberto com setenta e três metros quadrados. A esta fracção independente designada por letra A corresponde a permilagem de seiscentos do valor do imóvel.

----- Fracção B- constituída por um bar e respectivo átrio, localizada no rés do chão, composta por café, cozinha, sala de jogos, duas instalações sanitárias, armazém e zona de vestiários e instalações sanitárias para o pessoa, tido identificado pela letra B. Perfaz esta fracção um átrio com catorze metros quadrados e a zona destinada ao funcionamento do bar com a área bruta de cento e sessenta e quatro metros quadrados. São ainda parte integrante desta fracção as partes comuns designadas por quintal, com setecentos e cinquenta e quatro metros quadrados, o pátio interior com quarenta metros quadrados, os currais, com cento e dose metros quadrados e um coberto com setenta e três metros quadrados. A esta fracção independente designada pela letra B, corresponde a permilagem de quatrocentos do valor total do imóvel. -----

----- Partes comuns- são partes comuns das duas fracções, o solo, estrutura, alvenaria, cobertura e todas as partes resultantes da construção, o quintal com setecentos e cinquenta e quatro metros quadrados, o pátio interior com quarenta metros quadrados, os currais com cento e doze metros quadrados e um coberto com setenta e três metros quadrados.-----

----- Face ao exposto, e em resultado das disposições da legislação atrás referida, os Serviços são da opinião que se poderá deferir a pretensão conforme a composição e descrição acima referidas. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e face à informação dos serviços, deliberou por unanimidade deferir o pedido, requerido por Raul Mendes Cavaleiro. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----3.DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS -----

-----3.1. – DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS -----

----- 3.1.1. – SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA. -----

----- 1- POLO INDUSTRIAL DE MONTEMOR-O-VELHO- -----

----- SUSPENSÃO DOS TRABALHOS. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 15

----- Foi presente um pedido do empreiteiro adjudicatário da obra em epígrafe, acompanhado de uma informação dos Serviços, que ficou como documento anexo à presente acta (anexo número oito). -----

----- Tomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que para além do Plano Director Municipal, também o Polo Industrial de Montemor é neste momento uma prioridade absoluta da intervenção da Presidência, e que de acordo com uma informação dos serviços, o loteamento aprovado do Polo Industrial de Montemor, não cabe no terreno, por deficiência do levantamento anteriormente efectuado.-----

----- Informou ainda que a partir de segunda feira, irá ao local, a topógrafa dos serviços, a fim de fazer um novo levantamento de toda a área, para proceder à revisão do loteamento, e à aceleração daquele projecto. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, deveria ser criada uma política para que a própria Câmara pudesse concorrer a um Centro de Apoio à Criação de Empresas. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Autorizar a suspensão dos trabalhos por um período de duzentos e dez dias (seguidos) com início em dezasseis de Outubro de dois mil e um, com base na informação dos Serviços e nos termos do artigo cento e oitenta e seis do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março; -----

----- Dois – Que seja apresentado novo plano de trabalhos logo que a obra seja reiniciada;-----

----- Três – Que os Serviços procedam de imediato à reformulação do projecto; -----

----- Quatro – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **2- POLO INDUSTRIAL DE MONTEMOR-O-VELHO-** -----

----- **INFRAESTRUTURAS DE GÁS.- ACTA DA ABERTURA DAS----**

----- **PROPOSTAS.** -----

----- Na sequência do acto público do concurso da empreitada em epígrafe, foi presente a respectiva acta, bem como o relatório elaborado nos termos do número cinco do artigo noventa e oito do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março, que ficaram como documentos anexos à presente acta sob o número nove. --- -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade que o processo baixe à Comissão de Análise para o devido seguimento.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 15

3- POLO INDUSTRIAL DE MONTEMOR-O-VELHO- INFRAESTRUTURAS TELEFÓNICAS.- ACTA DA ABERTURA -- DAS PROPOSTAS. -----

----- Na sequência do acto público do concurso da empreitada em epígrafe, foi presente a respectiva acta, bem como o relatório elaborado nos termos do número cinco do artigo noventa e oito do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março, que ficaram como documentos anexos à presente acta sob o número dez.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade que o processo baixe à Comissão de Análise para o devido seguimento. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

4-CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS NAS --- POVOAÇÕES: ARRUAMENTOS JUNTO À MESERICÓRDIA E --- ACESSO À PONTE DE PEREIRA (INFRAESTRUTURAS----- ELÉCTRICAS).- ACTA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS. -----

----- Na sequência do acto público do concurso da empreitada em epígrafe, foi presente a respectiva acta, bem como o relatório elaborado nos termos do número cinco do artigo noventa e oito do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março, que ficaram como documentos anexos à presente acta sob o número onze. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade que o processo baixe à Comissão de Análise para o devido seguimento. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

5-INTERVENÇÃO NO ESPAÇO URBANO EM MONTEMOR-O- --- VELHO (RUA FERNÃO MENDES PINTO)- PLANO DEFINITIVO DE TRABALHOS.-----

----- Foi presente o Plano Definitivo de Trabalhos da obra em epígrafe, acompanhado de uma informação dos Serviços, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número doze. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Plano Definitivo de Trabalhos. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

6-INTERVENÇÃO NO ESPAÇO URBANO EM MONTEMOR-O- --- VELHO (RUAS ANTÓNIO CORREIA DE ANDRADE E DR. JOSÉ - GALVÃO).- PLANO DEFINITIVO DE TRABALHOS.-----

----- Foi presente o Plano Definitivo de Trabalhos da obra em epígrafe, acompanhado de uma informação dos Serviços, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número treze. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 15

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Plano Definitivo de Trabalhos. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **7-INTERVENÇÃO NO ESPAÇO URBANO EM MONTEMOR-O- --**
VELHO (LARGO DA PARAGEM DO AUTOCARRO E LARGO ----
MACEDO SOUTO MAIOR).- PLANO DEFINITIVO DE -----
TRABALHOS.-----

----- Foi presente o Plano Definitivo de Trabalhos da obra em epigrafe, acompanhado de uma informação dos Serviços, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número catorze. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Plano Definitivo de Trabalhos. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

----- **8-INTERVENÇÃO NO ESPAÇO URBANO EM MONTEMOR-O- --**
VELHO (LARGO DIOGO DE AZAMBUJA E PRAÇA DA -----
REPÚBLICA.- PLANO DEFINITIVO DE TRABALHOS. -----

----- Foi presente o Plano Definitivo de Trabalhos da obra em epigrafe, acompanhado de uma informação dos Serviços, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número quinze.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Plano Definitivo de Trabalhos. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **9-CENTRO HISTÓRICO DE TENTÚGAL- RECUPERAÇÃO DO --**
LARGO DA CHIEIRA E RELVEIRO.- TRABALHOS A MAIS.-----

----- Foi presente uma informação dos Serviços relativamente a trabalhos a mais referente à obra em epígrafe, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número dezasseis.

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um- Aceitar os novos preços unitários propostos pelo empreiteiro, no montante vinte e dois mil quinhentos e cinquenta e seis euros e vinte e cinco cêntimos (quatro milhões quinhentos e vinte e dois mil cento e vinte e dois escudos).-----

----- Dois- Autorizar os trabalhos com preços da proposta inicial no montante de vinte e três mil trezentos e setenta e nove euros e vinte e três cêntimos (quatro milhões seiscentos e oitenta e sete mil cento e catorze escudos).-----

----- Três- Autorizar os trabalhos a mais no montante global de quarenta e cinco mil novecentos e trinta e cinco euros e quarenta e oito cêntimos (nove milhões duzentos e nove

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 15

mil duzentos e trinta e seis escudos) acrescido do IVA à taxa legal, considerando prazo de execução destes trabalhos, diluído no prazo de execução da empreitada.-----

----- Quatro- Que seja celebrado contrato adicional nos moldes do inicial. -----

----- Cinco- Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

----- **3.1.2. – SECTOR DE VIATURAS E EQUIPAMENTO.** -----

----- **3.1.3. – SECTOR DE ABASTECIMENTO PÚBLICO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA.** -----

----- **3.1.4– SECTOR DE SANEAMENTO BÁSICO.** -----

----- **1- REDE DE ESGOTOS DE SANTO VARÃO E FORMOSSELHA -**
 ----- **FASE A (REDES) - PARTE.** -----
 ----- **NOMEAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO**-----

-----Na sequência da adjudicação da obra em epígrafe, foi presente uma informação dos Serviços a fim de ser dado cumprimento ao estipulado no artigo cento e setenta e oito do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março, devendo a Câmara nomear os agentes de fiscalização da obra em causa, sugerindo aqueles Serviços os seguintes funcionários:-----

----- Engenheiro Carlos Borges -----

----- Engenheira Isabel Quinteiro -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade nomear os agentes de fiscalização atrás mencionados para a obra em causa.-----

----- **2- REDE DE ESGOTOS DE SANTO VARÃO E FORMOSSELHA- ----**
 ----- **FASE B (ETAR)- CONCEPÇÃO E CONSTRUÇÃO- NOMEAÇÃO DA**
 ----- **FISCALIZAÇÃO** -----

----- Na sequência da adjudicação da obra em epígrafe, foi presente uma informação dos Serviços a fim de ser dado cumprimento ao estipulado no artigo cento e setenta e oito do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março, devendo a Câmara nomear os agentes de fiscalização da obra em causa, sugerindo aqueles Serviços os seguintes funcionários:-----

----- Engenheiro Carlos Borges -----

----- Engenheira Isabel Castanho -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade nomear os agentes de fiscalização atrás mencionados para a obra em causa.-----

-----**4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL** -----

-----**4.1. DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO** -----

----- **1- APOIO DA CÂMARA MUNICIPAL A SÉTIMA EDIÇÃO DOS ----**
 ----- **ENCONTROS DE CRIATIVIDADE (TOC 7) , PROMOVIDOS PELA**
 ----- **ESCOLA SECUNDÁRIA DE MONTEMOR-O-VELHO.** -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 15

----- O Vereador do Pelouro informou que, a Escola Secundária de Montemor-o-Velho, realizará de vinte a vinte e dois de Março, ainda com alguns espectáculos em Abril, a sua sétima edição dos Encontros de Criatividade. -----

----- Das várias actividades que se propõem fazer ao nível do tetro, das artes plásticas e do Vídeo, solicitam apenas apoio da Câmara Municipal, para uma dessas actividades e que é o pagamento de mil euros ao Grupo de Teatro ACERT.. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a realização da sétima edição dos Encontros de Criatividade- TOC-, bem como o pagamento de mil euros ao Grupo de Teatro ACERT. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.- -----

----- **2- GRANDE NOITE DE FADOS DO CONCELHO DE MONTEMOR-O-VELHO.** -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços a dar conhecimento que a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e o Centro Cultural, Recreativo e Desportivo de Liceia, vão levar a cabo o "VII Concurso de Fado Amador do Concelho de Montemor-o-Velho", que terá lugar no dia quatro de Maio na Freguesia de Liceia, estando previsto um orçamento de três mil e quatrocentos euros para a realização do mesmo. -----

----- Interveio o vereador António Ramalhete perguntando se não seria possível haver dois tipos de classificação. Disse ainda que já tiveram a presença de crianças de dez e doze anos e até por uma questão de estímulo, deveria haver dois tipos de classificações : até aos quinze anos e outra dos quinze anos para cima . -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade suportar os encargos com o "VII Concurso de fado Amador do Concelho de Montemor-o-Velho". -----

----- **3- PROGRAMA E ORÇAMENTO DA INICIATIVA GASTRONOMIA E PATRIMÓNIO, PARA O ANO 2002.** -----

----- O Vereador do Pelouro que na sequência dos anos anteriores, irá ter lugar a iniciativa Gastronomia e Património, que pretende divulgar as potencialidades Turístico - Sociais, do Concelho. -----

----- Seguindo o "esquema" de anos anteriores, existirão seis jornadas que divulgarão, respectivamente, outras vertentes do Património, mas, mantendo algumas que já se tornaram emblemáticas, como é o caso da Lampreia e da Taberna da Floripes. -----

----- O documento que contém a contextualização histórica, o papel do associativismo, o número de figurantes, o programa e o orçamento, consta como documento anexo à presente acta sob o número dezassete. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 15

----- Usou da palavra o Vereador Victor Camarneiro dizendo que ia votar contra por não acreditar que a câmara apenas iria gastar seiscentos e cinquenta euros, porque só isso é para o cartaz. Achava demasiado pretensioso que esta acção se desenvolvesse num período tão longo. -----

----- Disse ainda que não tinha conseguido ultrapassar as "marcas dos anos anteriores", sempre ouviu versões contraditórias em relação ao custo deste programa. -----

----- Pensava que a Câmara deveria Ter uma acção ao nível da Gastronomia que fosse apresentada, por exemplo, da mesma forma que foi o TOC, ou outra iniciativa qualquer. -----

----- Mais disse que, se fosse uma Entidade qualquer a organizar e onde a Câmara sabia perfeitamente qual era o seu apoio, se calhar votava a favor. Assim, e da forma como está, a Câmara quer queira, quer não, vai assumir o ónus das insuficiências orçamentais que vierem a resultar da iniciativa. -----

----- A dinâmica e a metodologia é a mesma utilizada há anos atrás e ainda por cima não acrescenta nada, quando foi anunciado que se vai manter a "Feira das Tasquinhas", e muito bem. -----

----- Admitiria por exemplo que se apoiasse uma iniciativa sediada, por exemplo, na Ereira, para a Lampreia, pois o rico correria por eles. -----

----- Mais tarde ir-se-á verificar se os seiscentos e cinquenta euros dão para pagar aos convidados que lá estarão. Parecia-lhe que os objectivos eram redundantes e não estão suficientemente claras as garantias das receitas para que possa acreditar que isto não passa fazer prevalecer novamente custos. -----

----- Seguidamente pronunciou-se o Vereador António Ramalhete, dizendo que se deve dar o benefício da dúvida. Em relação ao Festival da Gastronomia, se nos anos anteriores, alguma coisa se fez mal, deve-se aprender com isso. -----

----- Tudo o que possa levar o nome do Concelho de Montemor-o-Velho, a outras paragens, é de louvar. Acreditava que este projecto apresentado ia ser cumprido à risca e cá estarão para o avaliar. -----

----- Por tal motivo abstinha-se. -----

----- Pronunciou-se o Vereador Emidio Fidalgo, dizendo que estava de acordo com o Vereador Victor Camarneiro, pelo que votava contra. Ao longo dos anos tinha-se habituado na Assembleia Municipal, enquanto membro e Líder do PS, de haver uma contestação sobre aquela matéria, e de haver uma falta de rigor e as derrapagens que aconteciam sistematicamente. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 15

----- Disse ainda que, de acordo com o modo como as coisas estavam a ser colocadas, também não acreditava que o valor apresentado fosse real. Mais disse que as iniciativas Gastronómicas sempre foram para si duvidosas.-----

----- Achava que estas iniciativas deviam ser dadas a alguém e a Câmara estar sempre na retaguarda. Em sua opinião isto era praticamente igual ao passado, passado esse que tinha sido tão criticado e porque nunca tinha sido esclarecido sobre isso, votava contra.-----

----- Referiu ainda que no futuro quando for apresentada uma coisa diferente, estará ao lado da Câmara para uma iniciativa destas.-----

----- Pronunciou-se de novo o Vereador Pedro Machado, dizendo que o que se estava a discutir ali era a forma. O que os Vereadores da oposição estavam a tentar convencer era que a forma que foi utilizada até agora, era uma forma que não deixava à partida garantias de grande segurança em relação ao rigor orçamental, nomeadamente ao coeficiente entre a despesa e a receita, mas isso é uma questão que se tem que colocar ao anterior executivo. Disse ainda que o que sempre contestou, foi não ter havido da Câmara Municipal, o mesmo rigor em relação a isto, como já se denotou em relação a muitas outras coisas, e daí foi sempre grande crítico, quer em relação a esta iniciativa, quer em relação a outras, nomeadamente sobre as geminações .-----

----- Disse ainda que iniciativas, que lesem o Município, ele próprio as deixaria "cair", ou diria ao Sr. Presidente da Câmara que não subscrevia nem "alimentava". Em relação a esta o que estava em jogo era alguma forma de condução da iniciativa, o ajuntamento de alguns convidados, e ninguém depois coordenaria, muito bem, se eram convidados da Câmara, quanto é que se iria pagar por aqueles convidados, etc.. Quanto à forma o que pode dizer é que ele próprio irá impor o rigor necessário para que a forma não seja deturpada. -----

----- Mais disse haver um desfasamento de seiscentos e cinquenta euros, mas "derrapagens" existem em todo o lado, não estando, à partida não está disponível para que haja derrapagem efectiva naquele orçamento, vai-se garantir aqueles apoios, as inscrições, e o que não pode haver é pré- inscritos e depois não haver a respectiva receita e entrada em relação aos inscritos, e aí a Câmara Municipal, tem que também controlar o seu ímpeto de convidar pessoas a mais do que aquilo que são as suas condições reais de convidar. -----

----- Em relação às outras notas mais laterais, e salvaguardando a opção, pensa que esta também é uma forma de promover Montemor, disse não saber no entanto, se era a melhor forma, pedindo no entanto ao Vereador Emidio Fidalgo um voto de confiança. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 15

-----Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo não Ter nenhuma duvidas quanto ao prestígio, capacidade e qualidade de todas as Associações envolvidas no processo e da própria Câmara Municipal, não coloca em causa do ponto de vista técnico, nem a forma, nem os objectivos, nem a filosofia da iniciativa, pura e simplesmente não gosta da iniciativa, e acha que não contribui, não trás nenhum valor acrescentado à promoção da Gastronomia do Património do Concelho de Montemor. Disse ainda, que do seu ponto de vista pessoal, acredita mais na democraticidade do sistema, e pensa ser preferível e mais interessante o que foi anunciado como hipótese de apoio e de política, para a questão da gastronomia, que foi a questão da Feira das Tasquinhas. -----

-----Tomou a palavra o Presidente dizendo que, já tinha tido oportunidade de referir que as Festas Concelhias e a Feira Anual comesçassem por ser geridas por uma equipa externa à Câmara, o que não significa que a Câmara não participe. Disse ainda dar beneficio da duvida à oposição.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com quatro votos a favor, do Presidente da Câmara, Vereadores Pedro Machado Abel Girão e José Marques, dois votos contra dos Vereadores Victor Camarneiro e Emidio Fidalgo e uma abstenção do Vereador António Ramalhete, aprovar o programa e Orçamento da iniciativa em epígrafe. -

----- 4.2. DIVISÃO DE DESPORTO-----

----- 1- CONSTRUÇÃO DA PISTA DE REMO/CENTRO NÁUTICO DE REMO - TRABALHO A MAIS -----

-----Foi presente uma alteração ao projecto da obra em epígrafe, composta por maciços de amarração, cabos, guinchos e bóias, cujos preços ascendem a duzentos e dez mil novecentos e quarenta euros e setenta e cinco centimos (quarenta e dois milhões duzentos e oitenta e nove mil oitocentos e vinte e três escudos) acrescido de IVA à taxa legal. - -----

-----Acompanhava este projecto de alterações, uma informação do fiscal da obra em causa, que para além dos novos preços, resultantes da referida alteração, também apresentava trabalhos a mais com preços unitários da proposta inicial no montante de quinhentos e noventa e três mil quatrocentos e cinquenta e dois euros e onze centimos (cento e dezoito milhões novecentos e setenta e seis mil quatrocentos e sessenta e cinco escudos) acrescido do IVA à taxa legal, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número dezoito -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 15

----- Um – Aprovar o projecto de alterações composto pelos elementos supracitados bem como os preços resultantes do mesmo.-----

----- Dois – Autorizar os trabalhos a mais no montante de oitocentos e quatro mil trezentos e noventa e dois euros e oitenta e cinco cêntimos (cento e sessenta e um milhões duzentos e sessenta e seis mil duzentos e oitenta e oito escudos) acrescido do IVA à taxa legal, ou seja, os trabalhos resultantes do projecto de alterações e os trabalhos com preços da proposta inicial.-----

----- Três – Que seja celebrado contrato adicional nos moldes do inicial, para um prazo de execução de setenta e cinco dias seguidos.-----

----- Quatro – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

-----4.3. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE -----

----- 1- ACORDO DE COLABORAÇÃO PARA RECONSTRUÇÃO DA HABITAÇÃO DE HERMINIO TAVARES DA SILVA. -----

----- Foi presente uma informação da Técnica de Serviço Social (documento anexo à presente acta sob o número dezanove), a dar conhecimento do acordo de uma colaboração para restauro da habitação de Herminio Tavares da Silva.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e face à informação prestada pela Técnica de Serviço Social, deliberou por unanimidade aceitar o acordo de colaboração para reconstrução da habitação de Herminio Tavares da Silva .-----

-----INTERVENÇÃO AO PÚBLICO -----

----- Foi aberto o período de intervenção ao público, nos termos do número cinco do artigo oitenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, com a redacção da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro.-----

----- Verificou-se a não existência de publico.-----

-----ENCERRAMENTO -----

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas catorze horas, foi pelo Presidente da Câmara, encerrada a reunião da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento de Administração Geral, que vai ser assinada nos termos da Lei na reunião seguinte.-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Luis Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL,

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 15

Maria Celeste Caldas Pires Pereira Leite Castela, Dr.^a